

CHANTAL MOUFFE – ENTREVISTA

Entrevista realizada nas dependências da Universidade Federal do Paraná, em 06 de maio de 2010, conduzida por Bruno M. Lorenzetto¹, Fernanda B. Gonçalves², José Arthur C. de Macedo³ e Miguel Gualano de Godoy⁴, sob a mediação da Prof.^a Dr.^a Katya Kozicki. Tradução e gravação realizadas por Bruno M. Lorenzetto, Fernanda B. Gonçalves e José Arthur C. de Macedo.

1- A democracia pode definir a própria democracia? Podemos definir democraticamente o que é democracia? Quais seriam os critérios para verificar se uma sociedade é efetivamente democrática?

O que seria definir democraticamente a democracia? Seria então a maioria que define o que é a democracia? O problema é como se define a própria maioria. Quem define quais pessoas devem participar desta discussão, seja ela entendida como agonística ou deliberativa. Parece-me que encontramos um dos paradoxos da democracia, porque, para que possa haver democracia se necessita definir quem são as pessoas que possuem direito a participar desta decisão. Mas isso nunca pode ser feito democraticamente, pois levaria a um regresso ao infinito. Logo, eu diria que não é possível definir democraticamente o que é a democracia. Eu não creio que se possa definir, democraticamente ou não, o que é “A Democracia”, pois não há só uma definição do que seja a democracia. Etimologicamente, *demos – kratos*, é o poder do povo, mas esta ideia democrática se inscreve de maneira distinta em vários contextos culturais e históricos específicos. Por exemplo, o argumento que realizei no meu livro *La Paradoja Democratica* é que se deve observar aquilo que nós chamamos de “A Democracia” é, na verdade, uma forma muito específica de inscrição da democracia. É já uma articulação entre a tradição democrática e a tradição liberal. É uma articulação que é contingente, não é necessária. Realizada mediante uma luta, por exemplo, como foi mostrado por C. B. Macpherson em seu livro *The Life and Times of Liberal Democracy* que explica como, durante o século XIX, ocorreu

¹ Doutorando em Direitos Humanos e Democracia pela UFPR.

² Mestranda em Direitos Humanos e Democracia pela UFPR.

³ Mestrando em Direito do Estado pela UFPR.

⁴ Mestrando em Direito do Estado pela UFPR.

a junção de duas tradições que vão por lados distintos, pois por muito tempo a democracia era uma coisa que os liberais entendiam como muito negativa. A união ocorreu, na verdade, em sua oposição comum ao absolutismo. Carl Schmitt faz uma reflexão similar quando diz em seu livro *The Crisis of Parliamentary Democracy* que essa união – que é contra a natureza – pode ter funcionado em algum momento quando possuíam um inimigo comum, mas agora, ele diz, está claro que são duas tradições que não caminham juntas pois, para ele, o liberalismo nega a democracia enquanto a democracia nega o liberalismo. O argumento de Macpherson é distinto, ele busca mostrar como o liberalismo foi democratizado enquanto a democracia foi liberalizada. Mas os dois, de alguma maneira, reconhecem que não há nenhuma união necessária entre o liberalismo e a democracia. Contrariamente a Habermas, que fala da co-originalidade dos princípios de liberdade e igualdade, eles ocorrem necessariamente juntos, enquanto tanto Macpherson quanto Schmitt têm razão de mostrar a articulação histórica por trás deste processo – que não há uma vinculação necessária. Logo, resta claro que, para nós, no âmbito ocidental, quando falamos de democracia falamos da maneira como o ideal democrático foi inscrito em uma tradição particular. O que também foi reconhecido por muitos historiadores, ou seja, de que a tradição judaico-cristã possui uma importância muito grande na maneira como nós, no ocidente, definimos a democracia. Trata-se de uma concepção do que é a democracia, mas me parece que uma vez que isto é reconhecido, realmente, pensar que este modelo é um modelo universalmente válido, que deva ser o único que, por exemplo, os chineses, os árabes e os africanos têm necessariamente que aceitar essa formulação democrática como a sua forma, não me parece que haja nenhuma razão para acreditar nisso. Contrariamente – a Habermas e outros autores – uma das coisas que eu critico na filosofia política atual é que eles, em sua maioria, refletem sobre a democracia e procuram justificar, demonstrar que essa ideia democrática como nós a entendemos possui um privilégio racional. Esta é a maneira com a qual, por exemplo, se todas as pessoas pudessem estar em uma situação na qual pudessem discutir racionalmente, teriam que aceitar esta forma racional, a qual tem um valor universal porque é a fórmula democrática que as pessoas racionalmente escolheriam se não estivessem influenciadas por alguns interesses particulares. As maneiras de argumentar são distintas, no caso de Rawls, se estivermos sob um véu de ignorância, ao contrário para Habermas, se for seguido um procedimento de argumentação, cada um possui sua estratégia específica, mas basicamente o que todos querem é provar, demonstrar o caráter de racionalidade superior do modelo liberal democrático. E isso é justamente o que quero questionar e dizer, à maneira de Wittgenstein, que se trata de um jogo de linguagem político particular, e sobre esta base eu não quero rechaçá-lo. Na medida em que, uma ideia de democracia que corresponde a uma tradição e a todo um tipo de cultura é uma coisa que é perfeitamente válida porque, no que diz respeito ao mundo ocidental, minha estratégia é a de que precisamos radicalizar esta ideia de

democracia, mas não temos que abandoná-la para buscar outra coisa completamente distinta. Mas, creio que se deva aceitar que no mundo islâmico, os que queiram pensar a democracia, podem pensar como para eles é possível colocar em um acordo a ideia de poder popular, de soberania popular com sua tradição, com a tradição islâmica. O que suscita questões da relação entre a democracia e sua compatibilidade com a Xariá. Existe, na realidade, uma série de reflexões que se fazem precisamente para ver como se pode colocar estes pontos. Na tradição chinesa vai ser diferente, com o confucionismo ou o taoísmo. Parece-me que existem formulações contra a ideia de uma democracia apenas, a ideia democrática consiste em dizer o poder do povo. Isto sempre se inscreve, não é algo que pode institucionalizar-se. Deve, antes, estar institucionalizado em situações concretas, as quais serão influenciadas pela religião, pela maneira como vai se articular com a religião e com contradições. A democracia tem que se inscrever em uma cultura específica, porque a ideia democrática não pode ser realizada de maneira pura, sempre se articula com algo, como em nosso caso, em que foi relacionada com a tradição liberal, mas em outros contextos vai ser articulada com outras tradições. Logo, deve-se aceitar que existem inscrições diferentes da ideia democrática. Há uma pluralidade de formas democráticas que devem ser consideradas como legítimas. Os critérios para verificar se uma sociedade é efetivamente democrática, seriam de ver se realmente se trata de uma forma na qual se institucionaliza o poder do povo. O critério é democrático ou não, se existem as formas nas quais o poder do povo pode ser manifestado – ainda que seja uma ideia muito abstrata. Também se pode pensar nas formas de participação popular, qual é o nível de participação, como ela ocorre, como são realizadas as decisões, se são tomadas de uma forma autoritária. Finalmente, o que está em jogo é se o poder vem de cima ou de baixo. Pois podem existir múltiplas formas na qual se estabelece o poder de baixo, e me parece que estas múltiplas formas devem ser reconhecidas. Pode-se finalmente decidir se são decisões vindas de cima que são impostas ou se estas vêm de baixo. Mas não se pode pensar, de nenhuma maneira, que existe um critério único que corresponda a nossa concepção de democracia.

2- Pensando nesta definição de democracia radical que a senhora propõe, e, tendo em vista o procedimento de decisão de algumas propostas de democracia deliberativa, como propõe Carlos Santiago Nino, que comportam o conflito, que não buscam um consenso idealizado, que será contingente, parcial etc., é possível pensar a democracia deliberativa de modo que comporte o conflito?

Bom, eu não conheço muito a escola de Nino. Por isso preciso que você me diga no que consiste a proposta de Nino, o que ele tem de específico, o que ele acrescenta em relação a Habermas. Existem muitas formas de democracia deliberativa. Li muitos artigos que afirmam que finalmente não há muita diferença entre nossa proposta (democracia radical) e a proposta de Habermas e que é perfeitamente compatível o

modelo deliberativo e modelo agonístico. Eu posso imaginar que alguns autores apresentam seu modelo deliberativo de tal maneira, que a diferença com o modelo agonístico seja somente o nome. Mas para poder julgar especificamente precisava saber o que da proposta de Nino que se aproxima ao que estou dizendo (a democracia radical). Pode haver um modelo de democracia deliberativa que comporte o conflito, mas é preciso saber quais são os mecanismos, as instituições (que propõe). É certo que eu não estou contra a deliberação, evidentemente, o modelo agonístico tem uma grande parte de deliberação. Eu diria que as diferenças consistem em que, por exemplo, no modelo agonístico se parte do fato de que o político sempre apresenta um caráter *partisan*, não haverá, nunca, a possibilidade de uma reconciliação final, enquanto a proposta de Habermas vem em sentido contrário. Ele reconhece que é uma idéia regulativa, que não será possível empiricamente, mas que é necessário tentar chegar o mais próximo possível, é um ideal que nunca se poderá alcançar. Eu parto da premissa que toda comunicação em política é distorcida, já que as pessoas participam (“*there’s partisanship*”), e que não se pode ter como idéia regulativa algo que é conceitualmente impossível. Na realidade, eu diria que as diferenças entre as concepções agonísticas e deliberativas são fundamentalmente de tipo ontológico, pois partem de duas concepções ontológicas completamente irreconciliáveis. Acredito que em alguns casos não haja diferenças entre as duas propostas, porque, por exemplo, em certos casos, tanto Habermas quanto eu proporíamos a mesma coisa. Mas, de todas as maneiras, há uma grande diferença, pois quem parte de uma problemática agonística não irá buscar as instituições que vão permitir chegar a um acordo, mas as instituições que permitirão o dissenso. Desde o princípio, trata-se de pensar como se pode multiplicar as posições e não de encontrar como elas poderão permitir a reconciliação. Mas dentro disto haverá uma série de instituições que serão comuns evidentemente. Uma vez discuti com James Bohman, que, para haver a verdadeira deliberação, é necessário que haja possibilidade de escolhas entre alternativas reais, bem diferenciadas, senão não é uma deliberação. Esta é minha crítica fundamental à posição que se chama “pós-política” da terceira via, porque, evidentemente, há muita deliberação, mas deliberação sobre algo que não oferece nenhuma alternativa. Portanto, se uma pessoa não pode escolher entre duas alternativas bem diferenciadas, eu não chamo isso de deliberação. A deliberação, para mim, pressupõe a possibilidade de decisão entre duas posições realmente diferentes. E, é por isso que eu insisto que a distinção entre direita e esquerda é fundamental. Isso não significa que devem se manter os sentidos tradicionais de esquerda e direita. Eles podem ser reformulados, alguém poderia chamar de modo diferente e não de “direita e esquerda”, mas como foi organizando assim o panorama político, então acho que vale a pena manter esta distinção. Mas o que está em jogo aqui é o reconhecimento da divisão sócia, e é uma divisão que nunca poderá ser realmente superada. Para mim, a categoria de esquerda e direita indica isso. Que sempre haverá uma forma de conflito na sociedade que é irreconciliável,

é isso que eu chamo de antagonismo, ou, o político. E que fundamentalmente uma das tarefas da democracia é ver como se pode dar expressão para esse conflito de uma maneira que ele não destrua a sociedade. A partir disso, faço minha reflexão com Schmitt, porque para mim ele tem razão ao dizer que o político (“*Das Politische*”) tem a ver com a distinção amigo-inimigo, aquilo que chamo de antagonismo. Mas Schmitt conclui disto que uma democracia pluralista é inviável, porque levaria à guerra civil. Na verdade, ele tem razão; porque se alguém pensa uma sociedade pluralista na qual o conflito é legítimo, e este conflito necessariamente se dará sobre a base amigo-inimigo. Não se pode pensar uma sociedade democrática que se mantenha sobre esta base, porque se todo mundo vai se enfrentar aos moldes amigo-inimigo, isso levará à guerra civil. Schmitt, de maneira muito lógica, diz: “há que se impor a ordem de maneira autoritária”. Então, para mim, um pouco do desafio (“*challenge*”) de Schmitt era que eu estava de acordo com seu ponto de partida, de que existe esta dimensão do político, do antagonismo; mas, por outro lado, eu também quero defender a ideia de uma democracia pluralista. Então, como se pode partir de premissas schmittianas para defender a democracia pluralista? Evidentemente, para Schmitt, isto é impossível. Então, a minha proposta se deu, justamente, a partir do que Schmitt não vê. O que ele pode unicamente imaginar é a luta em termos de amigo-inimigo, que o antagonismo só pode se expressar por essa fórmula. Mas se pode ver que este antagonismo é um conflito que não possui uma última possibilidade de resolução racional. Aliás, está é também uma das diferenças com a democracia deliberativa. Porque nem Habermas nem nenhum dos outros teóricos da democracia deliberativa aceita esta premissa do antagonismo, não sei no caso de Nino, mas se Nino reconhece o antagonismo ele é um teórico do agonismo, até pode-se chamar de deliberativo, mas é um teórico agonístico. Eu diria que o critério que eu proporia para alguém que quer defender uma concepção deliberativa seria: “você reconhece que existem na sociedade alguns conflitos, todos os conflitos são antagonísticos, certos conflitos que não podem ser decididos nunca de maneira racional, ou, de maneira na qual todo mundo esteja de acordo”. Então, se ele disse que sim, então, neste caso, não teremos problema, estamos de acordo, isso para mim é um critério. Mas, uma vez que ocorre esse reconhecimento, se não se quer ter um governo autoritário e se quer ter uma democracia pluralista, então a questão é: como se pode dar expressão ao conflito que não vá levar a guerra civil. É aí que faço a minha proposta agonística. Na verdade, esse antagonismo pode se dar na forma amigo-inimigo, quando o oponente é alguém que se quer destruir, erradicar. Não reconheço aqui nenhuma legitimidade, evidentemente isso é incompatível com a democracia. Mas, também esse conflito pode se dar na forma do agonismo. Sabe-se que esses grupos que estão se enfrentando nunca irão se reconciliar, que é uma luta entre dois projetos hegemônicos que não vão se reconciliar. Evidentemente, cada grupo vai lutar pelo seu projeto hegemônico, contudo irá lutar reconhecendo a legitimidade do oponente. O oponente não é um inimigo, é um adversário. Na medida

em que o conflito agonístico, que não deixa de ser um antagonismo, toma a forma domesticada – as feministas não gostam desta palavra, pois o “doméstico” possui conotações que não as agrada –, e essa imagem do animal selvagem que foi domesticado é boa porque isso mostra que essa domesticação nunca será total. Um antagonismo é sempre precário e está sempre mantido dentro de certos limites que sempre são precários. Se alguém tenta domesticá-lo de forma que não exista, haverá a eliminação do antagonismo. Penso que o antagonismo não pode ser eliminado, pode apenas ser pacificado temporariamente. Esta é, para mim, uma das tarefas da democracia: encontrar as instituições que permitem ao conflito expressar-se, de forma que não coloque em questão a própria existência da comunidade política e não leve à guerra civil. Meu modelo poderia se chamar modelo de deliberação agonística. Evidentemente, não elimino o elemento de deliberação, não existem só as paixões, mas há que se reconhecer que o antagonismo é ineliminável; que sempre haverá dois projetos hegemônicos que não podem se conciliar; que haverá sempre um caráter *partisan* na política. Existem muitas propostas agonísticas, que se denominam assim, mas que eu chamo agonismo sem antagonismo; por exemplo eu critiquei recentemente a posição de Hannah Arendt, sobretudo as pessoas que usam Arendt como Bonnie Honig. É um agonismo sem antagonismo, enquanto o agonismo como eu proponho é um agonismo que sempre é uma domesticação do antagonismo. O critério seria esse, se se reconhece o antagonismo como deliberável. Eu diria que, na realidade, outra diferença que eu vejo entre a perspectiva deliberativa e a agonística consiste em uma maneira distinta de entender o pluralismo. Porque temos duas maneiras de entender o pluralismo: pluralismo com antagonismo e pluralismo sem antagonismo. Pois a maneira liberal, em um sentido muito amplo, em Habermas, por exemplo, é aceitar o pluralismo, o que se encontra em Rawls e em Habermas, mas concebê-lo da seguinte maneira, de que no nosso mundo moderno há uma pluralidade de valores, já não há uma visão única do bem comum (*eudaimonia*), e isto é justamente o que há de específico no mundo moderno. E, evidentemente, não seremos capazes de ocupar sempre todas essas posições, ou, como se diz em inglês: “*put into the shoes of everybody else*” (colocar-se no lugar dos outros). Mas o que se necessita, é o que chama Arendt, retomando a expressão de Kant, de um pensamento ampliado (“*enlarged thought*”), precisa ter a mente aberta às perspectivas dos outros, é preciso reconhecer a pluralidade. Contudo, este tipo de pluralismo não aceita que este necessariamente implique a existência de um conflito antagônico, porque pensa que finalmente nós vamos nos colocar nos sapatos dos outros, por algumas limitações do tipo empírico. Evidentemente, não se pode ocupar este lugar, mas se o vemos de um ponto de vista desde cima, colocados juntos, todos estes valores podem constituir um todo harmonioso. Isso é que chamo de um pluralismo sem antagonismo. Há outra concepção de pluralismo, que se encontra em Max Weber e em Nietzsche, em que os dois reconhecem que o pluralismo implica o antagonismo. Por exemplo, Nietzsche fala da guerra entre

os deuses, Weber fala do politeísmo dos valores, mas os dois reconhecem que esta pluralidade não é harmoniosa, porque existem valores cuja definição implica a negação de outros. O reconhecimento do pluralismo para eles é reconhecer a presença do antagonismo. Minha concepção de pluralismo é uma concepção que segue esta noção de Weber e Nietzsche. Então, de novo, diria eu, um dos critérios para distinguir entre uma concepção deliberativa à Habermas, e uma concepção agonística, seria: que tipo de pluralismo? Como vê o pluralismo? À maneira dos liberais, como um todo harmonioso, ou à maneira de Weber? Por isso não é tanto a existência ou não de deliberação, pois evidentemente há deliberação no meu modelo também. O ponto-chave é a existência ou não do antagonismo.

3- Qual seria o papel do Direito e do Poder Judiciário no modelo da democracia radical? O que fazer quando as respostas sobre diversos conflitos sociais vêm de fora da política democrática (por exemplo, quando o Poder Judiciário oferece respostas para questões omitidas ou não enfrentadas pela política democrática)?

R.: Em um texto anterior – *The moral, the political and the juridical* – eu apresento essa crítica. Eu acho que a despolitização de nossas sociedades, que é característica do que denomino visão “pós-política” (*post political view*), acarreta o fato de que mais e mais decisões sejam entregues às Cortes Judiciais, aos juízes, e cada vez menos sejam tomadas decisões no âmbito político. Um exemplo muito típico disso ocorre nos Estados Unidos, pelo papel da Suprema Corte, que vem tomando várias decisões políticas quando não deveria fazê-lo, porque o modelo agonístico requer que as decisões políticas mais importantes sejam tomadas de um modo agonístico, por meio do processo político. Uma visão agonista necessariamente desafia o fato de as decisões políticas importantes serem tomadas pelo Judiciário, porque dessa forma elas, supostamente – supostamente, porque esse não é nunca o caso – deveriam ser tomadas de um modo imparcial. É uma negação da ideia de antagonismo, uma negação do caráter *partisan* do político. Uma vez que estas decisões sobre a vida política devem ser tomadas de um ponto de vista imparcial, pensa-se que, logo, é melhor deixá-las para o Judiciário, porque os juízes decidirão imparcialmente. Claro que isso nunca acontece. Por exemplo, as decisões da Suprema Corte nos Estados Unidos são muito políticas, mas eles carregam a pretensão de imparcialidade, porque essas decisões são tomadas pelo Judiciário. A visão agonística é definitivamente contra essa tendência de dar tanta proeminência ao Judiciário, até porque ele não é muito mais imparcial que as demais instituições. Minha questão é que, no campo do Político, sempre nos defrontamos com decisões políticas, e penso que, hoje, um dos problemas é que essas decisões são vistas como decisões técnicas, não se reconhece que elas, de fato, sempre concernem a decisões a serem tomadas entre alternativas conflitantes. Para mim, é característico dessa visão pós-política que decisões políticas são pensadas como decisões técnicas, as quais, de fato, são melhor tomadas

por *experts*, ou por juízes, porque são muito complicadas para serem feitas de um modo democrático. Esse é um ponto que Norberto Bobbio mostra, o papel dos QUANGOs (*quasi-autonomus non-governmental organisation*), pensando na democracia parlamentar, quando mais e mais decisões importantes são retiradas dos parlamentos e levadas para comitês, *experts*, cientistas, que irão decidir, ou para o Judiciário, então, é um movimento que retira muitas decisões importantes do campo onde elas poderiam ser tomadas mediante a participação, ainda que uma participação parlamentar limitada, mas, ao revés, elas são levadas para um campo onde podem ser feitas num modo imparcial. Essa é uma característica da despolitização de nossas sociedades. Mas, por outro lado, eu também acredito que o sistema legal é muito importante, de forma que estou em completo desacordo com Agamben e outros, quando acreditam que uma sociedade democrática deveria estar além do Direito, além do Estado, não havendo mais Estado, não havendo mais Leis. Mas o que está por trás dessa ideia? Mesmo porque Agamben nunca apresenta uma proposição concreta disso, é encantador precisarmos de uma nova Política, mas ele nunca diz nada sobre como ela seria, como seria uma comunidade à qual não pertencemos, uma sociedade sem Direito e sem Estado, sem nada. O fantasma por trás disso é a possibilidade de uma sociedade completamente reconciliada, uma sociedade na qual sequer precisaríamos de instituições. Uma vez que se reconhece que a sociedade é necessariamente dividida, precisamos de instituições para lidar com isso, precisamos do Direito, precisamos dos Estados. A ideia dessa sociedade além do Direito e do Estado é completamente ilusória e perigosa. Eu ainda vejo uma similaridade com a ideia de democracia absoluta da “Multidão” (“*absolute democracy of the ‘Multitude’*”) de Hart e Negri, para além da hegemonia, além da política, além do Direito, além dos Estados, viveríamos em algum tipo de reconciliação feliz, isso para mim é uma visão de política que acho completamente errada. Mas, novamente, aqui estamos nós, enfrentando o que eu vejo como duas formas rivais e diferentes de compreensão do Político, elas são, por um lado, o que eu chamaria de visão associativa do político e visão dissociativa do político. A visão associativa, que encontramos em muitos diferentes pensadores, como Agamben e outros, mas também em Hannah Arendt, por exemplo, essa ideia de que a política é agir em conjunto, e isso, para algumas pessoas, não requer nenhum Direito, instituições. Uma vez que se supere o capitalismo, essa é a ideia proposta pelo comunismo, quando se atinge o consenso, não haverá mais conflito que necessite de instituições para lidar com ele. Algumas pessoas não vão tão longe, no sentido de não mais precisarmos de instituições, mas ainda tem a idéia de que política é uma atuação conjunta, é também, basicamente, a concepção de Rousseau, de que os homens são bons e que quando nos livrarmos de todas as instituições que criam conflitos, obteremos essa harmonia. Há uma outra concepção do Político, que é aquela à qual eu pertenço, que é a concepção dissociativa de política, se a dimensão do político é a de que nas sociedades há hostilidade, há conflito, e ela não é contrária a Marx, ao que ele disse, à sociedade de classes, porque

acho que o avanço do marxismo em respeito à visão liberal, por exemplo, é precisamente o reconhecimento do fato do antagonismo, porque no liberalismo não existe esse antagonismo. Marx reconhece sua existência, reconhece que há conflito, mas localizado apenas no âmbito das classes, e ele pensa que, quando se conseguir superar o capitalismo para o comunismo, com o fim das classes, então será possível atingir essa sociedade reconciliada, sem Estado. Daí que esse avanço de Marx no que se refere ao antagonismo não seja suficiente. O que acho interessante em Schmitt é que sua concepção vai mais longe que a de Marx, porque Schmitt aceita a ideia de antagonismo, mas reconhece que esse antagonismo não está localizado apenas em um ponto, nas classes, mas emerge nas mais diferentes relações, e nós não podemos nunca nos livrar dele, porque o antagonismo pode desaparecer aqui, mas aparecer em outra parte. Isso é o que eu chamo de visão dissociativa do Político, porque inerentemente às sociedades encontraremos um elemento de hostilidade, de conflito, e isso é que é chamado de Político. Sonhar com uma sociedade onde o conflito tenha desaparecido é sonhar com uma sociedade sem política. Penso que é importante reconhecer essa dimensão do conflito que não pode ser resolvido. Em respeito ao Direito e à Constituição, eu sou crítica à despolitização, que dão àquelas instituições um papel muito grande, mas também não concordo com uma forma de crítica da esquerda que quer se livrar do Direito, porque uma vez que se reconhece que existe essa dimensão do conflito na sociedade, você precisa daquelas instituições, mas claro, a velha questão é usá-las, transformá-las. Não estou dizendo que devemos mantê-las como são, obviamente, porque instituições podem ser utilizadas de várias maneiras, podem ser usadas para manter as tradições existentes, ou para a transformação, e acho que é um erro conceber as instituições de um modo essencialista, porque hoje elas são usadas para proteger a propriedade privada, por exemplo, elas só poderiam ser utilizadas para isso. De fato, acho que estamos num momento interessante desse ponto de vista. Estou pensando de um ponto de vista muito europeu, provavelmente as coisas são diferentes na América Latina. Mas o que acho interessante na reflexão da esquerda na Europa é que, por exemplo, quando escrevi *Hegemony and Socialist Strategy*, em 1985, era um momento no qual todas as esquerdas eram muito críticas às instituições do “Welfare State”, porque achávamos que elas não eram suficientemente democráticas, daí o projeto de radicalizá-las, mas claro que jamais imaginávamos que aquelas instituições, que de todo modo representavam uma conquista das lutas trabalhistas, podiam ser retiradas, e o que veríamos nos anos seguintes seria a hegemonia do neoliberalismo, retirando aos poucos direitos sociais e, mais recentemente, com a guerra contra o terrorismo, direitos civis seriam retirados. Então, agora na Europa, nós de esquerda precisamos defender aquelas instituições das quais éramos críticos anteriormente, porque não eram suficientemente democráticas. Claro, acredito que devemos criticar a burocracia, é importante democratizar essas instituições, radicalizá-las, mas agora penso que não estávamos atentos a que elas eram uma proteção importante, de que o Estado

pode ter um papel protetivo muito importante. Estamos reconsiderando aquelas instituições e começando a perceber que o fato de elas terem sido retiradas pelo neoliberalismo não significa progresso democrático, mas, pelo contrário, é algo muito importante que nós perdemos. Essa posição não representa toda a esquerda, Hart, Negri, Agamben não reconhecem isso, mas parte da esquerda também está revisitando o papel das instituições e reconhecendo sua importância.

4- Como identificar se ainda possuímos uma democracia liberal, no sentido de observância dos princípios da liberdade e igualdade, ainda que seu conteúdo esteja em constante discussão? Um regime democrático ainda pode se definir nesses termos, tendo por base a realidade das democracias de esquerda da América Latina?

R.: Eu já disse anteriormente que, com respeito à liberdade e igualdade, penso que se entendermos liberdade como proveniente do liberalismo, e igualdade provinda da democracia – esse é o principal argumento em *The democratic paradox*, a democracia liberal como articulação de duas tradições, liberalismo e democracia –, a ideia de liberdade e pluralismo vindo da tradição liberal, e a ideia de igualdade e soberania popular vindo da tradição democrática, então, como eu já disse também, ao contrário do que Habermas acredita, de que liberdade e igualdade são co-originárias, que necessariamente caminham juntas, eu afirmo que elas não necessariamente estão vinculadas. Liberdade e igualdade foram historicamente articuladas, elas são, obviamente, elementos constitutivos de uma democracia liberal, mas isso é uma criação histórica. Schmitt fala que existe uma contradição necessária entre liberdade e igualdade, então, temos num extremo Habermas, que afirma que elas são co-originárias, e no outro extremo temos Schmitt, que diz que elas não podem caminhar juntas, elas se destroem, liberdade destrói igualdade, e vice-versa. Eu estou no meio disso, porque acho que Schmitt está certo ao dizer que há uma impossibilidade de reconciliação final, não se pode ter um mundo com completa liberdade, com completa igualdade, porque elas estão em competição, mas meu argumento é que nós não podemos ver isso como uma contradição, mas como uma tensão, e esse é o argumento de um dos artigos de *The democratic paradox*, em que trato particularmente de Schmitt. De fato, o que eu vejo de positivo na democracia liberal, mas quando falo em liberalismo eu não falo no liberalismo econômico e o deixo completamente de lado, democracia é um modelo político. Eu não sou contrária à democracia liberal, entendida como um regime que afirma liberdade e igualdade para todos, meu problema com as democracias liberais existentes é que elas não colocam essa ideia em prática, é por isso que eu proponho radicalizar essas ideias. Minha proposta é radicalizar a democracia, não significa que iremos abandonar a democracia liberal para criar algo completamente novo, que seria a democracia radical. Esta, como eu a defino, é a radicalização, é colocar em prática os princípios de liberdade e igualdade,

não é a destruição da situação presente para criar algo completamente novo. Desse ponto de vista, eu sou uma defensora de Rawls. Quando eu digo que eu não acho que esse modelo deve ser universalizado, eu não estou dizendo que não seja algo que para nós, considerando nossa história, seja algo que não importa. Meu argumento é contextualista, considerar o contexto. Entendo que é um regime valioso em nossa aliança para nós, trazido por essa tradição, e não quero impor esse regime para o resto do mundo, mas não estou dizendo que não seja algo com o qual estou comprometida, mas quero radicalizá-lo. Então, quero radicalizá-lo porque acho que, precisamente porque a articulação entre liberdade e igualdade, que Schmitt vê como contraditórios, para mim, é parte do que é importante nesse regime. Eu não poderia defender um puro regime liberal, no qual a liberdade não é articulada à igualdade, como um modelo para nós hoje. E é por isso que vejo problemas no neoliberalismo, a predominância da liberdade se torna tão grande que a igualdade está quase desaparecendo, você não pode realmente falar hoje na Europa – e eu chego à América Latina num momento – na idéia de igualdade, porque igualdade, desde o colapso do regime soviético, se tornou muito desacreditada. Quando se fala em igualdade, pressupõe-se que você quer um regime como o comunismo. Então eles falam agora em equidade (“*fairness*”), no discurso de Tony Blair nunca se ouve falar em igualdade, mas em escolhas (“*choose*”), esta é a melhor palavra para ele. Mas igualdade nunca é mencionada. Então, em um regime liberal puro faltaria algo, mas um regime democrático puro, no qual a igualdade não teria vínculo com o pluralismo, também seria problemático, porque uma forma majoritária pura de democracia não garante o respeito às minorias. Novamente, estamos indo para um tipo de sociedade unificada, porque se é aceito que a sociedade é necessariamente dividida, e acho que esse é o ponto principal, se a democracia é o poder do povo, e se o povo estiver dividido? Como iremos imaginar democracia? Se o povo está dividido, uma democracia majoritária pura significa que uma parte do povo irá realmente decidir, e talvez oprimir as minorias, então acho que desse ponto de vista, Stuart Mill foi um dos primeiros a introduzir a necessidade de se respeitar os direitos das minorias, mas foi o liberalismo que introduziu essa ideia na democracia, e a ideia de pluralismo, que é o que eu sempre defendi, vem da tradição liberal, ele não vem da tradição democrática. A democracia se priva da ideia de respeito aos direitos das minorias, e é por isso que penso que, é claro que existe uma tensão entre liberdade e igualdade, mas é precisamente porque, para mim, a articulação da ideia democrática com a ideia liberal faz com que democracia seja necessariamente uma lógica de exclusão-inclusão, porque, para exercer democracia, você precisa definir o povo (“*demos*”) e, para definir esse povo você tem que dizer o que está dentro e o que está fora, quem são os cidadãos e quem não é. Você não pode evitar isso, não se pode imaginar uma sociedade na qual se dirá, no momento da eleição, que todos que estão no Brasil ou na Inglaterra terão o direito de votar. Deve-se dizer quem tem o direito de votar, quais serão as pessoas, o corpo de cidadãos que poderá votar. A fim de que se

possa fazer isso, precisamos dizer quem não vai poder fazê-lo; é isso que eu chamo de inclusão-exclusão, pois para definir a democracia deve-se estabelecer os seus limites, e esses limites significam que será preciso dizer quem estará fora do povo. Isto é inevitável, não se tem democracia sem a inclusão e a exclusão. Mas é claro, essa inclusão-exclusão é sempre contestável. Quem nós vamos incluir? Imigrantes? Quais imigrantes? Quais critérios? Há uma luta constante sobre os limites da democracia. Eu penso que sob este ponto de vista, a ideia liberal do pluralismo e do universalismo é importante porque este aspecto desafia constantemente os limites impostos pela tradição democrática, então, por um lado, um regime puramente liberal não irá aceitar os limites para definir o povo, não vai autorizar o exercício da cidadania democrática. Porque ter-se-ão direitos, e essa é uma das minhas críticas ao cosmopolitismo, nós teremos direitos mas não teremos a democracia para exercê-los. Penso que, deste ponto de vista, esta lógica liberal de direitos universais, que não nos possibilita exercer a democracia, não será nada. Por outro lado, caso se tenha somente a lógica democrática, sem esse constante desafio do universalismo liberal, estes limites não poderão ser alterados, não poderão se tornar mais inclusivos. É claro que não se tornará completamente inclusivo, é preciso ter sempre alguém excluído para que possa defini-lo. Mas, também, é preciso enxergá-los como uma tensão, pelo fato da articulação entre liberdade e igualdade, como tensão produtiva, isso é o que eu valorizo na democracia liberal. Mas precisamos reconhecer também que há uma luta constante pela hegemonia entre estes dois princípios, haverá um momento de domínio do princípio liberal, em outros momentos haverá o predomínio do princípio igualitário, ou democrático se se prefere. Na história de Europa, particularmente, é possível ver momentos de democracia liberal e outros liberal-democráticos. Até nas teorias liberais consegue-se ver, por exemplo, Rawls é definitivamente um liberal-democrático, já Habermas é um democrata liberal. Porém, hoje, precisamente como consequência pela quase completa hegemonia do neoliberalismo, o aspecto democrático tornou-se bem subordinado, é por isso que pessoas como Jacques Rancière e Colin Crouch falam em pós-democracia. Nós vivemos, de fato, hoje, em sociedades que se dizem democráticas, porém nas quais os elementos democráticos foram reduzidos ao mínimo, por conta desta hegemonia do liberalismo. E os critérios para se definir uma sociedade como democrática são o Estado de Direito (*"Rule of Law"*), eleições regulares, e algumas declarações dizendo que vão respeitar os direitos humanos. Isto é suficiente para chamá-la de democracia, mas ela é só é democrática no nome. O que está acontecendo na América Latina é contrário desta situação, até porque vocês sofreram muito mais as consequências do neoliberalismo do que nós tivemos até o momento. Eu acho que está havendo uma grande reação ao neoliberalismo; e, na verdade, o que eu vejo nos presentes governos democráticos de esquerda na América Latina é um retorno ao acesso da dimensão democrática-liberal. Então, aqui (na América Latina) o aspecto liberal tornou-se subordinado ao aspecto democrático. Estou aqui falando, sempre, do ponto de vista

político, não econômico. Parece-me que está havendo uma reavaliação, em diferentes graus, da ideia democrática. No caso de Chávez, para mim, é uma forma de democracia liberal, já que ele não colocou em questão a estrutura liberal-democrata, mas está promovendo um reequilíbrio com elementos democráticos. Eu acredito que haverá diferentes formas (de democracia) de acordo com os diferentes países. Pois a situação é diferente na Argentina, no Peru, na Bolívia e na Venezuela. Eles têm uma democracia liberal, mas o aspecto democrático está predominando sobre o aspecto liberal. Esses governos de esquerda não estão colocando em questão o modelo democrático ocidental, porém o estão reformulando, de uma forma diferente.

5- Desde sua perspectiva do conceito de cosmopolitismo e cidadania, observadas a impossibilidade de inclusão de todos e a impossibilidade de uma república mundial, quais são as alternativas para possibilitar outras formas de solidariedade e controle no cenário internacional?

Minha crítica ao cosmopolitismo é basicamente a de que o cosmopolitismo é um projeto político. Eu não sou contra o cosmopolitismo como um *ethos* ou uma atitude de abertura ao outro. O problema é que cosmopolitismo foi entendido de formas tão diferentes em diferentes tempos. De fato, usado até de maneiras diretamente opostas ao seu significado. Cidadão cosmopolita do mundo é uma ideia, mas eu realizo uma crítica radical da proposta feita por Daniele Archibugi. Pelo modo como as relações internacionais podem organizar o mundo, pois é um extremo pensar em transformar as Nações Unidas em um fórum democrático em que todos, independentemente de sua nação poderiam participar com sua decisão. Como estas decisões seriam implementadas? Eu acredito que este é um projeto completamente irrealista. Também, nos termos da teoria básica, todos os cosmopolitas dizem o que querem sobre um mundo para além da hegemonia, para além da soberania, mas isto é impossível, pois não pode haver um mundo para além da hegemonia. Esta é, claro, a minha perspectiva teórica, na qual toda ordem formal é uma ordem hegemônica, pois é sempre a expressão de algo que poderia ter se dado de outra maneira. Qualquer ordem formal exclui outras possibilidades, nunca se tem uma única ordem possível. Uma ordem é sempre o resultado da prática política hegemônica que implica a escolha entre alternativas, por isso sempre existirão alternativas que serão excluídas ou deixadas de fora. Logo, não existe a possibilidade de um mundo para além da hegemonia. Um mundo para além da hegemonia seria também um mundo para além da soberania, o que eu entendo como inimaginável. Do começo, acredito que é um projeto inconsistente em sua teoria, pois demandaria um mundo para além da política. Esse é o motivo pelo qual eu entendo que, como um projeto político, o cosmopolitismo é inimaginável. Por outro lado, no plano político, eu compartilho a questão que alguns cosmopolitanistas propõem, pois eles consideram que a ordem presente é inaceitável e traz consequências negativas, e eu também acredito nisso. Além de pensar

particularmente que um mundo unipolar, o qual vivemos desde o colapso do comunismo, é muito problemático. Na verdade, apesar de todos os outros problemas, o mundo bipolar era mais equilibrado. Eu tenho certeza de que em um mundo bipolar a Guerra do Iraque não teria sido possível, pois haveria outro poder contrastante que limitaria a ambição dos Estados Unidos. O poder em uma ordem em que se tem apenas uma potência, hegemônica, sem oposição é muito perigoso. Por isso, as novas formas de terrorismo, como o Al-Qaeda, são consequências do fato de que não há canais legítimos para o povo expressar suas resistências e, quando estes canais são ausentes, a expressão ocorre de forma violenta. Se houvesse a possibilidade para críticas legítimas, as coisas seriam diferentes. Pois, para George W. Bush, como pode ser lembrado, se estava “conosco” ou “contra nós”, o povo era tratado como antagonista, além da oposição entre “civilizados” e “bárbaros”, para aqueles que não estavam do lado do “modelo americano”. E é claro que existem pessoas bem-intencionadas, como Daniele Archibugi, que propõe algo a mais, como um mundo para além da hegemonia, e minha perspectiva é a de que não é possível. Claro, um mundo unipolar é muito perigoso, mas qual é a solução, então? A minha solução é a de que precisamos pluralizar as hegemonias. Ao invés de ter um mundo hegemônico, temos uma pluralidade de hegemonias, uma pluralidade de blocos regionais, os quais nunca estarão no mesmo nível, mas que terão uma espécie de equilíbrio instável entre si. Assim, os americanos não poderão impor sua vontade. Desde esta perspectiva, o que está acontecendo na América Latina é muito interessante, como a reforma da UNASUL. É muito bom que a América Latina busque se organizar como um bloco de poder regional. Eu também espero que a União Europeia se torne uma “Europa política”, para que possa ter um verdadeiro papel político. Além do que pode ser observado na China e na Índia. Eu acredito que já estamos nos direcionando para um mundo multipolar. É muito interessante que quando eu comecei a falar sobre um mundo multipolar, há anos atrás, as pessoas perguntavam sobre o que se travava. Hoje, ao ler os jornais, a ideia de um mundo multipolar se tornou parte do vocabulário. Se vamos pensar que outra palavra seria melhor para organizar o conceito de cosmopolitismo, deve-se lembrar que ele é um modelo político e eu entendo que a alternativa é o mundo multipolar. Por outro lado, se por cosmopolitismo se compreende a importância de estar aberto ao outro, vejo isso como a expressão de uma solidariedade transnacional. Mas entendo que se deva realizar uma distinção entre os termos para evitar confusões, este é o motivo, por exemplo, que eu acho muito problemático o fato de o cosmopolitismo ter se tornado um termo “da moda”. Todos querem se tornar cosmopolitas, cada um com suas especificidades, como as 15 maneiras diferentes de cosmopolitismo. Mas qual o sentido em se buscar redefinir este termo, para significar, basicamente que eles são contra o universalismo? Quero dizer, o cosmopolitismo está vinculado ao universalismo, o cosmopolitismo está ligado a uma forma do mundo democrático. Mas buscam reconhecer diferenças, mantendo o mesmo termo, porém com um significado completamente

diferente, o que é para mim, muito confuso. Entendo que devemos encontrar outro termo para expressar aquilo que se coloca no nível de um *ethos*, de uma atitude de abertura para o outro. Isso se coloca no plano de uma atitude, não em um projeto político pelo qual se irá organizar o mundo. Na verdade, um mundo multipolar, não significa que cada polo vai ficar fechado em si mesmo. Uma vez organizado esta mundo multipolar, se faz possível estabelecer formas cruzadas de solidariedade. Apenas a partir da base de um mundo multipolar que se pode realmente vislumbrar uma forma efetiva de solidariedade, pois assim as diferenças serão reconhecidas. E uma vez que as diferenças são reconhecidas, se pode respeitar e compreender as demandas específicas dos outros, então se faz possível estabelecer aquilo que foi dito no livro *Hegemony and Socialist Strategy* como “compartilhamento de equivalências” entre diferentes atores. Um exemplo desta solidariedade transnacional é o movimento Via Campesina, que reúne diferentes movimentos de pequenos agricultores em todo o mundo, eu não sei se o Movimento Sem Terra faz parte, provavelmente, mas também José Bové na França, e que também está na África. Eu entendo que estes diferentes movimentos de camponeses que lutam contra o Agrobusiness são muito importantes. Para mim é muito surpreendente que, exceto por uma parte do movimento antiglobalização, a maior parte da esquerda tradicional não seja crítica do comércio livre. Para mim, uma das coisas que as organizações de esquerda deveriam colocar em questão é a ideia em si de que o comércio livre é algo bom. Esta ideia se tornou tão comum que ninguém mais pode criticar o comércio livre, sob pena de ser acusado de protecionista. Se examinarmos efetivamente as consequências do comércio livre, eu entendo que a União Europeia deveria ser criticada, mas também o Brasil deveria ser criticado desde esta perspectiva, pois, uma vez que se torna parte dos grandes busca-se tirar vantagens do comércio livre. E basicamente a parte do mundo que está incrivelmente destruído pelo comércio livre é a África, pois a África está em uma situação de dependência que eles não são capazes de competir e lá se cria um círculo vicioso completo. Pois, de um lado se tem mais indústrias da agricultura que foram destruídas pela importação barata. Como no Senegal, em que eles possuíam uma indústria de cebolas muito competitiva, que foi destruída pois eles passaram a importar cebolas congeladas da Holanda. Na Jamaica, toda a indústria do leite está sendo destruída pois eles importam leite em pó dos E.U.A.. Todos esses mercados industriais estão sendo destruídos, por causa do livre comércio, que nunca permite haver uma verdadeira competição e na verdade eles nem poderiam, pois suas produções estão sendo destruídas. Desse modo eles colocam seus jovens camponeses em uma situação em que eles não podem sobreviver, pois eles não possuem emprego. Então eles procuram emigrar para a Europa – na verdade a maioria da emigração ilegal está vindo da África subsaariana – pois nós estamos destruindo os empregos deles. Mas quando eles querem emigrar, os europeus não querem eles lá. Assim, entendo que as pessoas devem perceber que são elas que estão criando as condições deste círculo vicioso, com a destruição da indústria

deles, eles buscam, para sobreviver, emigrar, e eles são impedidos. Eu acredito que neste plano há realmente a necessidade de uma solidariedade transnacional, mas, para isso, seria necessário estabelecer alguma forma de protecionismo, e não devemos entender o protecionismo de uma forma negativa. Há um antropologista francês chamado Emmanuel Todd que está defendendo uma forma de protecionismo europeu e eu concordo com isso, pois eu penso que a Europa deveria começar a produzir produtos basicamente para a própria Europa e não, basicamente para a exportação. A produção voltada para a exportação implica duas coisas, primeiro significa, como explica Emmanuel Todd, que as consequências disso para a Europa serão negativas, pois leva as grandes corporações transnacionais a ocupar a Europa. Nas fases anteriores do capitalismo a produção era voltada para o mercado nacional, então os preços se relacionavam com os trabalhadores, pois eles deveriam estar em condições de comprar os produtos. Agora, eles procuram realizar a exportação e não se responsabilizam mais pela situação doméstica, existe, claro, a deslocalização, o que traz consequências negativas para o país de origem e ainda piores para o país onde o produto está sendo exportado. Assim, os blocos regionais procuram, basicamente, primeiro produzir aquilo que é necessário para eles, de maneira a evitar a exportação e a destruição de indústrias em outro lugar. Uma área que considero particularmente importante é a da Soberania Alimentar (ou Produção Autossuficiente), é uma área crucial, pois, é um absurdo quando se têm países em que a população não possui o suficiente para comer pelo fato de que tudo que é produzido é feito para exportação. Entendo que isso deveria ser impedido, e o seria de uma maneira muito melhor em um mundo multipolar. Em que não haveria um protecionismo doméstico, que é inimaginável nos dias de hoje, e o problema está em que o termo protecionismo é subestimado, devemos pensar em algo diferente. Como no caso em que nos responsabilizamos, não apenas por algo que é necessário para nós, mas também dos efeitos disto em outro país, com a paralisação dessa produção voltada para a exportação, que é destrutiva. Essa seria uma forma de solidariedade transnacional, em que seria importante organizar movimentos como a Via Campesina, conscientizando as pessoas sobre as condições dos outros países. É possível chamar isso de cosmopolitismo, mas eu entendo que é confuso, pois o cosmopolitismo não possui um significado tão forte.

6- Como a senhora analisa o governo Barack Obama, em termos de continuidades e rupturas com o modelo de resolução de conflitos do governo Bush?

R.: Claro, foi algo muito bom para os Estados Unidos, porque qualquer coisa é melhor que Bush, e, certamente, tendo em conta que a alternativa era (Sarah) Palin e (John) McCain, isso seria horrível. O fato de ele ser negro é também muito importante, simbolicamente. E quando falo em simbólico, não quero dizer num sentido negativo, porque acho que o lado simbólico é importante. Por outro lado, eu estava um pouco

preocupada, porque eu sentia que as pessoas estavam investindo tanto em Obama, e isso realmente poderia resultar numa grande decepção. E Obama nunca se apresentou como um radical, como um agonista, é um político que segue uma linha consensual. Mas a questão é que, para se ter consenso, é preciso que o outro lado também o queira. Contudo, quando se tem um consenso sobre as políticas de Obama, o outro lado trata essas pessoas como inimigos. É realmente inacreditável o modo como os republicanos estão lidando, é realmente antagonístico, são inimigos, não adversários, havia um tipo de situação difícil ali. Num sentido, isso é bom porque pressionou Obama na direção da esquerda, ele queria trabalhar com os republicanos, mas os republicanos não queriam trabalhar com ele, então isso o obrigou a mudar um pouco suas táticas. Eu realmente não sei qual vai ser meu “termômetro”, eu vou todos os anos para Nova Iorque para dar um curso, eu estava lá um pouco antes da eleição de Obama, e vários de meus amigos estavam muito entusiasmados. Mas eu dizia que ele não era muito agonista, e eles me diziam que ele não podia ser assim, precisava vencer uma eleição na América. Eu era um pouco cautelosa quanto a ele. Então, eu voltei um ano depois, e todos estavam tão anti-Obama que eu não podia acreditar, chamavam-no de traidor, e eu falava, “avisei vocês, ele nunca prometeu nada disso realmente, vocês é que queriam tantas mudanças que as projetaram nele, mas ele, pobre rapaz, ele nunca prometeu isso de fato”. São tão críticos do modo como ele socorreu os bancos, falam que ele não teria feito nada bom, são absolutamente críticos. Mas isso foi em fevereiro. Desde então ele conseguiu, por exemplo, a reforma da saúde, que é melhor que nada, mas é muito reduzida, os projetos de Hilary Clinton e John Edwards eram mais radicais de que os de Obama, das reformas da saúde o dele era o menos radical, mas ele merece crédito, porque os norte-americanos terão mais opções de serviço público. E claro, reabriu relações com a Rússia. Mas estou curiosa para ver como as coisas estarão, quando eu for para os EUA no próximo ano, como estarão os ânimos, porque eles são muito mutáveis. Tenho uma grande amiga, Frances Fox Piver, ela é muito conhecida, tem muito livros importantes, sobre os movimentos populares (“*the poor people movement*”) e, particularmente, sobre o movimento político no New Deal. Ela, de fato, era um daqueles que eram menos críticos a Obama, porque ela dizia que devíamos esperar. Mas no primeiro ano após o governo Obama, eu perguntei a Frances como ela via a situação, e ela disse, “olha” – porque ela concorda comigo que Obama não era muito radical – “tudo vai depender dos movimentos sociais”, e eu dizia, “Frances, que movimento social?”, e ela dizia, “isso é um problema, ele não existe, mas há de chegar”. Ela estava dizendo, baseada na experiência do New Deal, que FDR (“*Franklin D. Roosevelt*”) foi forçado a agir em decorrência dos movimentos populares, porque naquele tempo, como agora, muitas pessoas eram afetadas pela crise, perderam suas casas, seus empregos, então, elas realmente atuaram, de maneira forte; ela diz, FDR também não era radical, mas foi pressionado pelos movimentos sociais, e ela espera que algo assim aconteça novamente

na América, porque o que eles chamam de “*foreclosure*”, quando as pessoas estão deixando suas casas, estão perdendo seus empregos, mas essa reação ainda não aconteceu. Quando vi Frances tempos depois, questionei sobre o movimento, e ela disse “não, isso leva tempo”, ela está otimista, nos anos trinta levou algum tempo, então ela ainda está aberta à possibilidade de que aconteça. Mas é verdade, eu realmente não acho que Obama irá governar de uma forma radical, mas ele é definitivamente melhor. Outra coisa que acho interessante apontar é que nada substitui os movimentos sociais reais, porque muitas pessoas afirmam que haverá uma incrível mobilização social pela internet, é verdade que isso é importante, mobilizar as pessoas para votarem, mas depois essa mobilização desaparece, e não se pode substituir a mobilização real das pessoas pela internet, porque é muito fácil enviar um e-mail, no conforto da sua casa, mas é completamente diferente de comparecer a uma manifestação. Houve muita celebração dessa nova forma de manifestação, mas é algo muito vazio, não estou dizendo que a internet não desempenhe um certo papel, mas não é suficiente para sustentar um movimento, não pode substituí-lo. Nessas manifestações, essas pessoas pensam que irão fazer uma revolução, mas não, não é suficiente, é importante pensar que nada substitui a mobilização real. Voltando a Obama, muitas pessoas estão falando que talvez se corra o risco de se ter um presidente de um ano, como Carter, por outro lado, as pessoas mais críticas dizem, não, é precisamente porque ele é tão ineficiente que não representa uma ameaça se for reeleito, eu não sei, vamos ver, mas eu não penso que ele deva ser visto como um grande ponto de mudança, definitivamente não.

NORMAS PARA O ENVIO E PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS NA REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR)

OBJETIVOS

A Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná é uma publicação semestral de trabalhos inéditos relacionados à dogmática e à crítica jurídica, nacional ou estrangeira, bem como aos direitos humanos.

A Revista tem interesse na publicação de artigos, comentários jurisprudenciais e resenhas críticas.

NORMAS EDITORIAIS

1. Os trabalhos encaminhados para avaliação e posterior publicação deverão ser inéditos e não devem ter sido submetidos para avaliação em outro periódico
2. Os originais serão submetidos à avaliação de especialistas nos temas apresentados. Os trabalhos serão enviados para avaliação sem identificação da autoria.
3. O processo de seleção dos originais envolve avaliação de especialista ad hoc e do Comitê Editorial, que poderão devolvê-los aos autores para providenciarem as alterações indicadas.
4. No caso de autorias múltiplas, os originais deverão ser encaminhados com a sequência de apresentação dos autores, bem como a autorização de todos, por escrito, para a publicação.
5. Após aceitos, os artigos passarão por revisão quanto à forma, tais como correções ortográficas, gramaticais e adequação ao formato da Revista, mas não em relação ao seu conteúdo.
6. Os autores não serão remunerados pela publicação dos artigos, recebendo 2 (dois) exemplares da Revista em que seu trabalho for publicado.
7. Os trabalhos publicados passam a ser propriedade da Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, sendo sua reimpressão, total ou parcial, condicionada à autorização expressa do Comitê Editorial, que poderá autorizar, ainda, a versão eletrônica, no Sistema Eletrônico de Revistas – SER, da UFPR.
8. Os originais não serão devolvidos aos autores.
9. As opiniões e os conceitos emitidos pelos autores nos artigos são de sua inteira responsabilidade.

APRESENTAÇÃO DE ARTIGOS E COMENTÁRIOS JURISPRUDENCIAIS

Como parte do processo de submissão, os autores devem verificar a conformidade da submissão com todos os itens listados a seguir. Serão devolvidos aos autores os trabalhos que não estiverem de acordo com as normas.

1. Os originais devem ser enviados para o email e-mail do editor, por me vkchueiri@uol.com.br
2. Os originais devem conter no mínimo 15 (quinze) laudas e no máximo 30 (trinta) laudas.
3. O documento deve ser elaborado em tamanho de folha A4 com margens: superior e esquerda 3 cm, inferior e direita 2 cm.
4. Na primeira lauda, antes do início do artigo, devem constar:
 - a) o título e subtítulo (se houver), expressando o conteúdo principal do artigo de forma breve e clara, com formação: caixa alta, fonte “Times New Roman”, tamanho 12, negrito;
 - b) o título e subtítulo (se houver) em inglês, expressando o conteúdo principal do artigo de forma breve e clara, com formação: caixa alta, fonte “Times New Roman”, tamanho 12, negrito;
 - c) nome completo do autor (caixa baixa, fonte “Times New Roman”, tamanho 12, negrito), titulação acadêmica e vínculo institucional;
 - d) resumo na língua do texto, constituído de uma sequência de frases concisas e objetivas e não uma simples enumeração de tópicos (não ultrapassando 250 palavras). A palavra RESUMO deve anteceder o texto, na mesma linha da primeira frase seguida de dois pontos, com a seguinte formatação: caixa alta, fonte “Times New Roman”, tamanho 12, estilo normal. O corpo do texto do resumo deve ser com fonte “Times New Roman”, tamanho 12, estilo normal, espaçamento simples e sem recuo de parágrafo.
 - e) abstract: é uma versão em inglês do resumo em português. A palavra ABSTRACT deve anteceder o texto, na mesma linha da primeira frase seguida de dois pontos, com a seguinte formatação: caixa alta, fonte “Times New Roman”, tamanho 12, estilo normal. O corpo do texto do abstract deve ser com fonte “Times New Roman”, tamanho 12, estilo normal, espaçamento simples e sem recuo de parágrafo;
 - f) no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) palavras-chave na língua do texto (conjunto de palavras que representam o conteúdo do trabalho). Devem figurar logo após o resumo, antecedidas da expressão PALAVRAS-CHAVE (caixa alta, fonte “Times New Roman, tamanho 12), com a seguinte formação: caixa baixa, fonte “Times New Roman”, tamanho 12, estilo normal. As palavras devem ser separadas entre si por ponto e finalizadas também por ponto;
 - g) keywords: é a versão em inglês das palavras-chave. Devem figurar logo após o resumo, antecedidas da expressão KEYWORDS (caixa alta, fonte “Times New Roman, tamanho 12), com a seguinte formação: caixa baixa, fonte